

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

IVONE MÁXIMO FEIJÓ

**LIMITES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: DAS VIVÊNCIAS AOS ESTUDOS TEÓRICOS**

MARINGÁ

2014

IVONE MÁXIMO FEIJÓ

**LIMITES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: DAS VIVÊNCIAS AOS ESTUDOS TEÓRICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,  
apresentado ao curso de Pedagogia, da  
Universidade Estadual de Maringá, como requisito  
parcial para obtenção do grau de licenciado em  
Pedagogia.

Orientação: Prof. Ms. Gilmar Alves Montagnoli

MARINGÁ

2014

IVONE MÁXIMO FEIJÓ

**LIMITES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: DAS VIVÊNCIAS AOS ESTUDOS TEÓRICOS**

Artigo apresentado à Universidade Estadual de  
Maringá como requisito parcial para obtenção  
do Título de Pedagogo, sob orientação do  
Professor Ms. Gilmar Alves Montagnoli

Aprovado em: 12 de novembro de 2014

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Ms. Marcos Pereira Coelho**

Universidade Estadual de Maringá

---

**Profa. Ms. Giselda Cecília Sercenek**

Universidade Estadual de Maringá

---

**Prof. Ms. Gilmar Alves Montagnoli**

Universidade Estadual de Maringá

FEIJÓ, Ivone Máximo. **Limites e possibilidades da educação de jovens e adultos: das vivências aos estudos.** 2014. 22f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, 2014.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar historicamente a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a fim de refletir acerca da modalidade no contexto atual. Para tanto, é realizada uma revisão bibliográfica, a qual fundamenta a análise de relatos de vivências apresentados pela autora, que por sua vez foi estudante na modalidade da EJA. A pesquisa possibilita reafirmar a importância da Educação de Jovens e Adultos, uma vez que por meio dela muitos alunos têm condições de retomar seus estudos, o que possibilita a melhoria em diversos aspectos da vida, sobretudo no atual contexto, marcado pelo conhecimento. No entanto, tanto o estudo no âmbito das políticas públicas para a EJA no Brasil como as vivências apresentadas evidenciam que muito ainda deve ser feito para que a modalidade cumpra seu papel. Com base nos desafios apresentados, se tem condições de pensar em estratégias para que a EJA cumpra de fato seu papel e ocorra a erradicação do analfabetismo no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Vivências na EJA; Educação.

## ABSTRACT

This paper's aim is to historically analyze the Youth and Adult Education (YAE) in Brazil in order to reflect on this modality in the current context. To do that, a bibliographic review is done, which justifies the analysis of life experience stories presented by the author, who studied YAE. The research allows reaffirming the importance of Youth and Adult Education, since through it many students are able to resume their studies, enabling an improvement in many aspects of life, especially in the current context, marked by knowledge. However, both the study in the scope of public policy for YAE in Brazil and the experiences presented show that there are much more to be done for the modality to play its role. Based on the presented challenges, it is possible to think of strategies so that YAE fulfills its role and the eradication of illiteracy in Brazil takes place.

**Keywords:** Youth and Adult Education; Experiences in YAE; Education.

## LIMITES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DAS VIVÊNCIAS AOS ESTUDOS TEÓRICOS

FEIJÓ, Ivone Máximo

### INTRODUÇÃO

O debate sobre a educação destinada para jovens e adultos se torna necessário e atual, uma vez que presenciamos em nosso país, ainda hoje, um elevado índice de analfabetismo.

Cabe ressaltar que a educação se configura em uma política pública de direito garantida pela Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado e direito de toda a população brasileira. Assim sendo, a educação proposta e, por conseguinte, realizada de forma efetiva visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desta forma, a fim de atender aquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir, ou até mesmo de iniciarem seus estudos no tempo hábil do ensino regular, foram desenvolvidas tentativas de modificar a realidade de inúmeros brasileiros, os programas de ensino destinados aos até então excluídos da escola.

Considerando a necessidade de oferecer os benefícios da escolarização às amplas camadas da população, entendemos tais programas de ensino como verdadeiras ferramentas para a construção do processo de democratização da educação, atingindo deste modo todos os indivíduos sem discriminação, seja por sua raça, cor, etnia ou classe social; afinal, a política pública educacional não deve ter fronteiras para quem deseja sair da obscuridade do desconhecimento.

Com base no exposto, cabe indagar sobre quais os benefícios que esta modalidade de ensino oferece aos alunos que retornam aos bancos escolares; nesse sentido, esta pesquisa busca explicar sobre tal questionamento, bem como conhecer os benefícios proporcionados pelas práticas educativas à população de jovens e adultos em seus aspectos sociais, econômicos e culturais.

A escolha pela temática se justifica pelas vivências da autora como discente da EJA nos municípios paranaenses de Jandaia do Sul e Maringá. Nesse percurso, foi possível conhecer os desafios enfrentados pelos estudantes dessa modalidade,

além de reconhecer suas possibilidades. Além disso, trata-se de um tema relevante, visto que a EJA é uma modalidade educacional que deve ser de conhecimento de todos os educadores.

Para dar conta do que foi proposto, o trabalho está estruturado da seguinte forma: num primeiro momento foi realizada uma pesquisa histórica que envolve a organização da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; posteriormente, se discute essa modalidade de educação no âmbito das políticas públicas, ressaltando a influência desse sistema educacional na atualidade; e, por fim, é realizada uma reflexão com base em vivências na EJA, de maneira que questões teóricas fundamentam observações práticas, exercício cujos resultados são frutíferos.

## **PERSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

Uma análise histórica da educação para jovens e adultos evidencia que, ao longo da história da educação brasileira, essa modalidade de ensino apresentou muitas variações. No período colonial, no início do século XVI, os jesuítas vieram para ao Brasil converter os gentios<sup>1</sup> à fé católica. Posteriormente, os jesuítas “[...] se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos” (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 109).

A Companhia Missionária de Jesus<sup>2</sup> tinha como função a iniciação da fé e alfabetizar na língua portuguesa os indígenas que viviam na colônia brasileira. Com a saída dos jesuítas do Brasil, em 1759, a educação passou por transformações, ficando sob a responsabilidade do Império a organização da educação.

De acordo com Shigunov Neto e Maciel (2008), com a morte de Dom João V o trono português foi ocupado por Dom José I. Este que se sabia que iria enfrentar dificuldades, bem como se preocuparia em reerguer Portugal da decadência que se encontrava diante de outras potências europeias da época, Dom José escolheu Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, para o cargo de Secretário de Estado.

---

<sup>1</sup> Gentios eram aquelas pessoas que não possuíam vínculo religioso.

<sup>2</sup> A Companhia de Jesus foi uma Ordem Religiosa fundada por Inácio de Loyola (1491-1556) em 1534. Ele foi um militar espanhol que se viu envolvido a um ardor religioso quando estava se recuperando de um ferimento em batalha e resolveu colocar-se a serviço da defesa da fé cristã, tornando-se assim, um “soldado de Cristo”, o que finda com a fundação da Companhia de Jesus, que por sua vez, foi oficialmente aprovada pelo Papa Paulo III em 1540. A Ordem era composta pela disciplina militar e tinha como objetivo a propagação missionária da fé.

Pombal logo ficou conhecido como um dos "déspotas esclarecidos"<sup>3</sup>, por compreender que para superar as dificuldades que o Reino enfrentava somente seria possível por meio da realização de reformas, no qual visava transformar e adaptar a sociedade portuguesa aos movimentos sociais, econômicos e políticos que estavam ocorrendo na Europa do século XVIII. O primeiro ministro português acusou as missões jesuíticas de formarem um Estado dentro do Estado. Assim sendo, propôs a criação de uma escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos da Coroa. (OLIVEIRA, 2003).

A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais de Pombal. Ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado. Assim sendo, tinha como objetivo romper o monopólio clerical da educação criando um sistema de ensino laico e tornando obrigatória a língua portuguesa. Mas somente doze anos após a expulsão dos jesuítas do Brasil foram implantadas as aulas régias, que por sua vez eram destinadas aos filhos dos colonizadores portugueses (homens brancos) (STRELHOW, 2010).

Em janeiro de 1808 as tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte iriam invadir Portugal. Como este país não tinha condições militares para enfrentar os franceses, o príncipe regente, D. João, decidiu transferir a corte portuguesa para o Brasil, sua colônia.

Conforme Seco (2006), com a chegada da Família Real foi criada a Biblioteca Nacional, instituições científicas como o Museu Nacional e o Jardim Botânico, as escolas de ensino superior (como a Academia Real de Marinha e a Academia Real Militar), os cursos superiores de cirurgia, anatomia e medicina e os cursos para a formação de técnicos. Apesar de todo esse desenvolvimento cultural, a educação de grande parte da população não se efetivou.

Maciel (2009) comenta que em 1854 houve a reforma educacional proposta por Couto Ferraz, que por sua vez foi uma preocupação com a educação dos adultos, a qual previa instrução primária, mas essa reforma não teve continuidade pela falta de professores e escolas adequadas.

Segundo Xavier (1994), a obrigatoriedade do ensino elementar, a criação de Escolas Normais em todas as províncias, a criação de classes especiais para

---

<sup>3</sup>Déspotas esclarecidos foram soberanos europeus que tentaram colocar em prática as ideias dos pensadores iluministas. Esses governantes ficaram conhecidos como praticantes do despotismo.

adultos analfabetos e a proibição de pessoas doentes e escravos nas escolas públicas eram estabelecidas na Reforma de Couto Ferraz, porém, não previa quem deveria subsidiar financeiramente estas implementações, assim sendo, acarretou no não cumprimento das determinações legais e no fechamento de muitas escolas.

Conforme Marcílio (2002), D. João VI não objetiva o ensino primário público, porém ele incumbiu o Conde da Barca, ministro Antonio de Araújo, de buscar meios para organizar as escolas e o, até então, incipiente ensino público. O Conde concordava com o sistema lancasteriano<sup>4</sup> de educação e mostrava-se preocupado com a implantação da instrução pública no Brasil. No ano de 1822, o governo implantou o método monitorial no Exército, a fim de alfabetizar os soldados.

Após a Independência, as bases de uma futura educação nacional começaram a ser discutidas, como escreve Marcílio (2002). Em 1827, a Lei Geral do Ensino decretou a criação de escolas primárias em todo o país, com o método monitorial, e as primeiras escolas públicas de meninas, mas na prática tudo isso não foi efetivado.

Vale ressaltar que, no Império, pequena parcela da população pertencente à elite econômica possuía cidadania, que por sua vez tinha como direito a educação primária, ou seja, excluía-se os negros, indígenas e algumas mulheres.

O ato adicional de 1834 incumbia:

A responsabilidade por essa educação básica às Províncias, reservou ao governo imperial os direitos sobre a educação das elites, praticamente delegando à instância administrativa com menores recursos o papel de educar a maioria mais carente. (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 109).

No ano de 1834 foi declarado o Ato Constitucional, conforme alega Strelhow (2010), a instrução primária e secundária foram destinadas a todos os indivíduos ficando sob a responsabilidade das Províncias. Entretanto, este direito foi designado, prioritariamente, para jovens e adultos.

Marcílio (2002) constata que foi criada em Niterói a primeira Escola Normal para formação de professores primários, em 1835. Porém, a ação educativa era realizada sem qualquer método. Em 1846, em São Paulo, também foi criada uma instituição com esta finalidade, exclusivamente para meninos.

---

<sup>4</sup> Joseph Lancaster (1778-1838) estabeleceu o método monitorial, em Londres em 1798, que utilizava monitores, que eram inspecionados por seus mestres, para ensinar outros adolescentes. Acreditava-se que essa descoberta seria capaz de resolver o desafio da educação em massa, dos pobres, sem grandes gastos e ao mesmo tempo preparar os futuros docentes.

Muitas reformas do ensino sucederam-se, sem a participação do professorado e da sociedade, tornando quase impraticável o ensino. Todavia, uma reforma foi assinada em 1920 objetivando combater o analfabetismo e difundir a escola primária integral. Nos anos que se seguiram, esta reforma produziu alguns avanços pedagógicos, como, por exemplo, estabelecer a idade entre sete e nove anos para ingresso na escola. Lembramos que nesta década a taxa de analfabetos no Brasil era de 72%, como afirma Strelhow (2010).

Em 1932 foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, como resultado de um movimento que buscava modernizar e redefinir o papel do Estado na educação. No ano de 1934 foi gerado, conforme ressalta Strelhow (2010), o Plano Nacional de Educação, que previa o ensino primário integral gratuito e obrigatório voltado para os adultos.

Em 1937 foi elaborada uma Constituição, a qual buscava favorecer o ensino profissionalizante. Se considerava, neste momento, que era melhor capacitar os jovens e adultos para os trabalhos industriais. No ano de 1938, foi criado o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas). Por meio de seus estudos, foi possível, em 1942, fundar o Fundo Nacional do Ensino Primário, com a finalidade de abarcar ações e programas que fossem capazes de agregar o ensino supletivo aos adolescentes e adultos. Anos mais tarde, este fundo foi regimentado, haja vista que houve a determinação imperiosa da destinação de 25% dos recursos existentes para a educação de adolescentes e adultos.

Destacamos que este lapso temporal foi caracterizado por significativos avanços para a educação brasileira, dentre eles, cabe destacar a criação do Serviço de Educação de Adultos – SEA, que se configurou na reorientação coordenação dos trabalhos que envolviam o ensino supletivo, destinado aos adolescentes e aos adultos analfabetos, conforme escreve Strelhow (2010).

Foi no período da Ditadura Militar<sup>5</sup>, que foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), o qual teve como objetivo alfabetizar funcionalmente e promover uma educação contínua. Entretanto, esse programa ficou limitado apenas

---

<sup>5</sup>A Ditadura Civil Militar teve início no ano de 1964, com o golpe militar que derrubou o governo do presidente João Goulart, tendo caráter autoritário e nacionalista, terminou quando José Sarney, em março de 1985 assumiu o cargo de presidente, dando início ao período conhecido como Nova República.

ao ler e escrever, não se preocupando com a aprendizagem efetiva dos “alunos”. Neste entendimento,

O sentido político do Mobral procurava responsabilizar o indivíduo de sua situação desconsiderando-o do seu papel de ser sujeito produto de cultura, sendo identificado como uma ‘pessoa vazia sem conhecimento, a ser “socializada” pelos programas do Mobral’. (MEDEIROS, 1999, p. 189 apud STRELHOW, 2010, p. 55).

Ressaltamos que o Mobral foi aprovado no ano de 1967, seus princípios metodológicos eram a funcionalidade (partir da individualidade dos adultos) e a aceleração (no processo educativo), bem como escreve Januzzi (1987).

Contudo, com o fim do Mobral, no ano de 1985, houve o desenvolvimento de outros programas de alfabetização, tais como, a Fundação Educar<sup>6</sup>, que esteve atrelada ao Ministério da Educação, a qual foi extinta no governo Collor em 1990 sem ser substituído por outro projeto.

O ensino supletivo foi criado em 1970 como mais uma campanha de alfabetização de adultos e adolescentes. Seu objetivo era suprir a escolarização dos adolescentes e adultos que não frequentaram a escola no período regular e também propiciar a atualização e aperfeiçoamento, conforme ressalva Rocco (1979).

Durante vários anos as escolas noturnas eram a única forma de alfabetizar os jovens e adultos após um dia de serviço. Na década de 1990 foram desenvolvidas iniciativas em prol da educação de jovens e adultos. Foi através dos Fóruns<sup>7</sup>, em 1997, que a história da EJA começou a ser registrada no intitulado “Boletim da Ação Educativa”, como escreve Costa (2013).

Podemos perceber até o momento que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil passou por vários momentos, sempre objetivando que maior parcela da população tivesse acesso à educação. Mas, em cada contexto, tais políticas não foram efetivas e o problema do analfabetismo, ainda que tenha evidenciado melhoras com o tempo, persistiu.

---

<sup>6</sup>A fundação Educar tomou o lugar do Mobral, e diferentemente do primeiro, essa fundação não executava diretamente os programas de alfabetização, na verdade apoiava financeiramente as iniciativas que estavam conveniadas a ela.

<sup>7</sup> Os Fóruns têm o objetivo de socializar informações e trocar experiências, a partir do momento em que o MEC se ausenta da qualidade de articulador de uma política nacional para a EJA, os Fóruns surgem como uma estratégia de mobilização das instituições do país que estão diretamente envolvidas com essa modalidade educativa, conforme Soares (2004).

Assim, a EJA é muito importante nos dias atuais dado o grande número de adultos e jovens analfabetos. A fim de melhor estruturar esta constatação, na sequência serão discutidas as políticas públicas para a EJA.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

No início da década de 1980 o Brasil passou pelo processo de redemocratização, tendo como marco o movimento das “Diretas já”. Em 1986, com o governo de José Sarney, houve a ampliação de ações educativas desenvolvidas por organizações da sociedade civil, assumindo o caráter de movimentos de educação popular (CHILANTE; NOMA, 2007).

Foi aprovada, em 1988, a nova Constituição Federal, a qual ampliou o atendimento aos jovens e adultos ao considerar como dever do Estado a oferta da educação básica gratuita e obrigatória, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na “idade própria”<sup>8</sup>. Em seu artigo 6º, aponta a educação como direito social, juntamente com a saúde, trabalho, lazer, segurança, moradia, prevenção social, proteção à maternidade e à infância. O artigo 205 traz a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa.

No ano de 1990 realizou-se a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien (Tailândia), evento considerado um marco no que se refere à formulação de políticas governamentais para a educação em vários países. Foi no início da década de 1990 que desenvolveram as primeiras políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos que traziam uma metodologia mais participativa, criativa e voltada para o dia-a-dia dessa população. Internacionalmente, houve um reconhecimento da importância da EJA para a consolidação da cidadania e da formação cultural da população, devido às conferências organizadas pela UNESCO<sup>9</sup>. Foi neste mesmo ano que o governo federal transferiu para os estados e municípios a responsabilidade pela oferta e organização da Educação de Jovens e Adultos.

---

<sup>8</sup> Expressão da própria Constituição Federal.

<sup>9</sup> UNESCO: “United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization” (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Foi criada em 1945, para promover a paz e os direitos humanos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) de 1996 organiza o sistema educacional brasileiro em dois níveis de ensino: a Educação Básica (formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e o Ensino Superior, havendo ainda as modalidades de educação: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação Especial, Educação Indígena e Educação a Distância (CHILANTE; NOMA, 2007).

A atual LDB estabeleceu em seu artigo 3º a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, gratuidade do ensino público, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, garantia de padrão de qualidade, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

De acordo com Chilante e Noma (2007), a Educação de Jovens e Adultos é objeto dos Artigos 37 e 38 da atual LDB. O Art. 37 instituiu que a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade apropriada. A referida lei traz ainda

O rebaixamento da idade mínima, para os exames supletivos, de 18 para 15 e de 21 para 18 nas etapas de Ensino Fundamental e Médio respectivamente. Quando se tratar de cursos com avaliação no processo, os alunos matriculados só podem concluir os correspondentes estudos ao atingirem a idade estabelecida para cada nível de estudo. (CHILANTE; NOMA, 2007, p. 4).

Nota-se, portanto, que a LDB-1996, aprovada no Governo de Fernando Henrique Cardoso, traduz a EJA em meros cursos supletivos. Na visão de alguns pesquisadores e educadores, a referida lei não trouxe melhorias significativas a esta modalidade de ensino, “[...] pois apenas dois artigos tratam dessa modalidade de ensino” (ARELARO; KRUPPA, 2002, p.97).

Notamos que a década de 1990 foi de intensos debates sobre a educação na EJA, tais preocupações foram evidenciadas no Fórum Mundial de Educação em Dakar (capital do Senegal), que ocorreu em abril do ano 2000. O evento avaliou a década de 1990 e os compromissos assumidos neste período pelos 155 países participantes da Conferência Mundial sobre Educação Para Todos. Os países participantes do fórum assinaram o compromisso de atingir a educação para todos até o ano de 2015, o qual visava melhorar a proteção e educação da primeira

infância, conseguir o acesso ao ensino primário obrigatório e gratuito, garantir o acesso dos jovens e adultos à aprendizagem, aumentar o nível de alfabetização dos adultos, promover a igualdade entre os gêneros na educação primária e secundária e melhorar a qualidade da educação, conforme a Declaração de Dakar (2001).

No que se refere às preocupações específicas com a EJA, em 1997 foi realizada, em Hamburgo, na Alemanha a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFINTEA), cujos pactos firmados foram incorporados em um documento intitulado Agenda para o Futuro que tratam do direito à “educação ao longo da vida”.

Foi recomendado pela Declaração de Hamburgo o cumprimento de algumas metas para que o desenvolvimento seja centrado no ser humano buscando uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos. Dentre as citadas metas seguem as mais relevantes:

Fortalecimento e integração das mulheres; [...] Cultura da Paz e educação para a cidadania e para a democracia; [...] Saúde como direito humano básico, pois a EJA democratiza a oportunidade de acesso à saúde; [...] Sustentabilidade ambiental; [...] A educação e a cultura de povos indígenas e nômades deve ser cultural e linguisticamente adequada às suas necessidades; [...] A população de idosos com igualdade de oportunidades de aprender; [...] A integração dos portadores de necessidades especiais, com garantia de acesso a uma educação que reconheça e responda às suas necessidades e objetivos próprios (UNESCO, 1997).

As autoras Chilante e Noma (2007) comentam que em 2001 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), como Lei 10.172/2001, que prevê objetivos para a EJA, sendo elas:

Priorizar ações de alfabetização, associar o Ensino Fundamental de jovens e adultos à educação profissional e facilitar parcerias entre o governo e a sociedade civil. Suas metas são que se alcancem em cinco anos, a oferta das quatro primeiras séries iniciais, pelo menos a 50% da população com 15 anos ou mais, que não tenham concluído a primeira etapa do Ensino Fundamental, além de dobrar, em cinco anos e quadruplicar, em dez a oferta do Ensino Médio (BRASIL, 2001, p. 74-75 apud CHILANTE; NOMA, 2007, p. 6).

O Parecer CNE/CEB 11/2000, elaborado por Carlos Roberto Jamil Cury, apresenta dois pontos fundamentais: O primeiro ponto é a superação do conceito de supletivo, colocando-o como modalidade do Ensino Fundamental e Médio; o segundo ponto refere-se à necessidade de tratar com igualdade os direitos de

jovens e adultos no sentido de garantir o direito de acesso e permanência na educação.

Ficou estabelecido no Parecer que cabe à EJA cumprir três funções: a primeira refere-se à inclusão social e à reparação com a classe trabalhadora, a segunda se articula com os interesses daqueles que tiveram sua trajetória escolar interrompida e apresenta-se como possibilidade de um novo começo para a igualdade de oportunidades; e a última diz respeito à tarefa de levar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida. (CHILANTE ; NOMA, 2007).

A EJA ficou reconhecida como modalidade da Educação Básica e direito público na etapa do Ensino Fundamental, como reconhecido na Constituição 1988, por meio do Parecer 11/2000. Este também aponta que a organização da EJA seja flexível quanto ao horário de atendimento, especialmente no noturno; que se flexibilize o currículo de forma a aproveitar as experiências dos discentes; e que ocorra a distinção das faixas etárias ao considerar as expectativas e experiências de cada um.

O Ministério da Educação anunciou, em 2003, que a alfabetização de jovens e adultos seria prioridade do novo governo federal. Para tanto, foi criada a Secretária Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, cujo objetivo era a erradicação do analfabetismo durante o mandato de quatro anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

No período em que o Luiz Inácio Lula da Silva foi o presidente do Brasil (2003-2006 e 2007-2010) ele tratou de algumas questões afetas à EJA, tais como: o desenvolvimento do Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (PBA) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem); a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) ligada ao Ministério da Educação (MEC); e a implantação do Fundeb, que passa a abarcar a EJA.

Podemos afirmar que o processo histórico da EJA em nosso país sofreu influências do contexto histórico e sociopolítico de cada época. No contexto histórico atual muito já foi feito, mas ainda há muito que fazer como a busca da total erradicação do analfabetismo no país, e a EJA, como modalidade de ensino, deve oferecer uma educação de qualidade com ideais transformadores.

Na sequência apresentaremos uma breve reflexão sobre os desafios e possibilidades vivenciadas pela autora deste trabalho, que foi aluna da EJA. As

experiências vivenciadas serão analisadas com base nos elementos teóricos apresentados, o que deve proporcionar melhor compreensão dos desafios que estão postos à EJA no atual contexto.

## **DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EJA: UMA REFLEXÃO COM BASE NAS VIVÊNCIAS DA AUTORA**

Com base na minha vivência como discente da EJA, tanto na cidade de Jandaia do Sul, como em Maringá, no estado do Paraná, foi possível notar muitas das dificuldades dos alunos dessa modalidade de ensino. O objetivo aqui é discutir aspectos dessa vivência e analisá-los com base nos elementos teóricos apresentados. O objetivo do exercício é uma compreensão mais ampliada da EJA, visando elementos para pensar nos mais efetivos caminhos para que a EJA cumpra seu papel.

Tive oportunidade de observar que vários alunos pararam de estudar por falta de tempo, pois havia necessidade de trabalhar para ajudar na renda de seus familiares, bem como muitos se casaram e em seguida vieram os filhos, ou seja, não conseguiram conciliar o trabalho com os estudos. Houve casos ainda daqueles que abandonaram os bancos escolares acreditando que saber ler e escrever era suficiente, porém, com o passar do tempo, perceberam seu engano, isso porque a entrada no mercado de trabalho tornou-se difícil para aqueles que não haviam concluído o Ensino Fundamental e Médio. Ocorreram também situações de alunos serem discriminados perante a sociedade por não pronunciarem palavras corretas, considerando as normatizações da língua portuguesa.

Nesse sentido, Mool assevera que:

Quando falamos “em adultos em processo de alfabetização” no contexto social brasileiro, nos referimos a homens e mulheres marcados por experiências de infância na qual não puderam permanecer na escola pela necessidade de trabalhar, por concepções que as afastavam da escola como de que “mulher não precisa aprender” ou “saber rudimentos da escrita já é suficiente”, ou ainda, pela seletividade construída intimamente na rede escolar que produz ainda hoje itinerários descontínuos de aprendizagens formais. Referimo-nos a homens e mulheres que viveram e vivem situações limite nas quais os tempos de infância, foi via de regra de trabalho e de sustento da família (MOOL, 2004, p.11).

Em meio a tantos obstáculos encontrados para recuperar o tempo perdido no que diz respeito à retomada dos estudos, há que se falar ainda sobre o preconceito e a imposição a situações vexatórias e ofensivas vivenciadas por essas pessoas, as quais abandonaram seus estudos em tempo “normal” por vários motivos, alguns já elencados, como o fato dessas de não pronunciarem as palavras corretamente conforme as normatizações da língua portuguesa, dificuldades de compreensão, entre outros aspectos.

A isso se relaciona a falta de preparo do docente para alfabetizar jovens e adultos. Muitas vezes o aluno dessa modalidade de ensino é exposto a situações embaraçosas, o que o afasta do objetivo de aprender. Além de metodologias adequadas, a EJA requer estrutura física e práticas específicas para esse público, sendo o respeito algo essencial. Infelizmente a prática não reflete isso. O movimento é contraditório, pois muitos dos discentes buscam os estudos a fim de superar situações discriminatórias e preconceituosas.

Desta forma, há que se falar que estes indivíduos foram em busca de novos horizontes para alcançar melhores oportunidades de vida, tanto para si, quanto para sua família, seja refletido no mercado de trabalho, seja em suas respectivas vivências em sociedade, com o intuito de ampliar seus conhecimentos para resguardarem seus atuais empregos, bem como angariarem novos.

Além disso, eles buscaram na leitura a chance para se tornarem pessoas influentes, com pensamentos e argumentos mais críticos e melhores fundamentados, tornando-se, neste sentido, indivíduos mais participativos da realidade a qual os mesmos estão inseridos.

No que diz respeito a outros benefícios que a EJA proporcionou e tem proporcionado aos seus usuários, vale pontuar sobre a flexibilidade dos horários e a ordenação das disciplinas, elementos esses que possibilitam maior adesão dos alunos, sendo que as turmas nessa modalidade de ensino podem ter suas aulas ministradas também no período noturno, o que facilita àqueles que precisam trabalhar durante o dia.

Ainda nesse direcionamento, faz-se pertinente mencionar que os alunos ao ingressarem na EJA têm a oportunidade de terminar o Ensino Fundamental e Médio em tempo reduzido. Assim, é possível que esses indivíduos vislumbrem outras perspectivas de vida, distintas daquelas que a princípio estavam submetidos, haja vista que o aprendizado contribui tanto para o aprimoramento na vida profissional,

possibilitando melhores chances no mercado de trabalho, quanto na pessoal, fazendo potencializar a altivez do sujeito que se dispõe a retornar aos estudos e ampliar seus conhecimentos.

Destarte, é perceptível que a Educação de Jovens e Adultos é capaz de proporcionar aos seus discentes a conquista por novos ares e novo saberes, bem como de outras oportunidades que trarão reflexos positivos na construção de uma vida mais digna e humana, colaborando para que essas pessoas se tornem aptas a conquistar seu espaço em meio a essa sociedade cada vez mais exigente e excludente, principalmente com aqueles que estão aquém das informações e do conhecimento científico.

Nesse sentido, concordamos com Carreira e Lara (2011) que, ao discutirem sobre a política para a educação de jovens e adultos no Paraná, destacam que:

Um conjunto de fatores contribuiu para a utilização da EJA como mecanismo de correção de fluxo: a redução da idade permitida para certificação por meio dos exames supletivos – e a aprovação em massa como ocorreu no Paraná -, a idade de ingresso para os cursos estabelecida em 14 anos, as formas de aceleração e aligeiramento de conclusão dos cursos de EJA, a interpretação e orientação da SEED sobre aproveitamento de estudos, culminando com encaminhamento dos alunos dos cursos noturno para a EJA e a cessação da oferta do Ensino Fundamental nesse turno. (CARREIRA; LARA, 2011, p. 15-16).

Em face disso, é necessário destacar que durante anos, mais precisamente em fins do século XX e início do século XXI, as relações entre o mercado de trabalho e a educação têm sido permeadas por um sentido ideológico, marcado pela possibilidade de certificação de maneira relativamente rápida. Isso contribui para que muitos jovens e adultos até então oprimidos pelas exigências de escolarização feitas pelo mercado de trabalho, possam usufruir do benefício de se formar após o período padronizado, e disputar vagas profissionais que antes não lhe eram oportunizadas em virtude de sua escolarização insuficiente.

Entretanto, torna-se necessário elencar que nem tudo “são flores” e principalmente no que tange ao aprendizado das disciplinas, cabe mencionar que os alunos enfrentam algumas dificuldades, principalmente nas matérias de matemática e de língua portuguesa. A percepção é que isso é causado pelo fato de os estudantes estarem afastado da escola há algum tempo, o que torna a aprendizado mais difícil. Todavia, em face dos relatos feitos pelos discentes, os mesmos revelam

que, apesar dos tamanhos empecilhos enfrentados, é gratificante retomar os estudos, visto que além de aprimorar o conhecimento, envaidece a alma.

Por este motivo, os professores da EJA devem (ou deveriam) partir de uma formação continuada, ou seja, permitindo uma maior reflexão de suas ações e repensando em suas práticas, elaborando assim planos que possam aprimorar sua prática educativa.

Em decorrência disso, faz-se pertinente sugerir que os docentes da EJA apreciem e aproveitem de alguma forma, quando for possível, o conhecimento particular dos alunos, bem como suas experiências de vida, haja vista que todas as pessoas, mesmo sem ter o prévio conhecimento técnico, têm informações ricas que em algum momento poderão ser utilizadas para elucidar algum assunto em específico, tornando o aprendizado mais dinâmico e atrativo, o que também contribui para a elevação da autoestima daquele aluno. Neste entendimento, Moll (2004), argumenta que:

O papel do educador é pensar formas de intervir e transformar a realidade, problematizando-a, dialogando com o educando. Em sala de aula o importante não é “depositar” conteúdos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno: conhecê-lo como indivíduo num contexto social, com seus problemas, seus medos, suas necessidades, valorizando seu saber, sua cultura, sua oralidade, seus desejos, seus sonhos, isto possibilita uma aprendizagem integradora, abrangente, não compartimentalizada, não fragmentada. (MOLL, 2004, p. 140).

Nesse sentido, é de suma importância que os professores tenham linguagem mais simples e acessível ao explicar os conteúdos das aulas, levando em consideração as dificuldades peculiares de cada um, almejando assim, potencializar o bem-estar do aprendiz sem deixar a mercê a qualidade de um ensino efetivo e satisfatório.

Ainda de acordo com Moll (2004), é função do professor na EJA mediar, usar metodologias que beneficiem o processo de construção de ensino-aprendizagem, facilitando a interação do aluno com o meio.

O processo de ensino-aprendizagem também é discutido por Arroyo (2006), que afirma ser através das diferenças entre o conhecimento do professor e dos alunos que o processo educativo pode se tornar rico, haja vista que

Quando os interlocutores falam de coisas diferentes, o diálogo é possível. Quando só os mestres têm o que falar não passa de um monólogo. Os jovens e adultos carregam as condições de pensar

sua educação como diálogo. Se toda educação exige uma deferência pelos interlocutores, mestres e alunos (as), quando esses interlocutores são jovens e adultos carregados de tensas vivências, essa deferência deverá ter um significado educativo especial. (ARROYO, 2006, p. 35).

Em decorrência disso, para que o ensino ocorra de fato com qualidade, por conseguinte, cumpra sua função, é essencial que exista entre professores e alunos certa reciprocidade para que seja possível facilitar a compreensão dos alunos na mesma qualidade e aproveitamento que os conteúdos são explanados pelos professores.

Assim sendo, como já explicitado em momento anterior, é papel do professor valorizar os saberes que os alunos trazem para a sala de aula, uma vez que isso possibilitará o desenvolvimento da autoestima e da confiança do educando. Assim, a educação destinada ao referido público-alvo deve estar ajustada, estabelecendo uma inclusão com base no reconhecimento do jovem adulto como sujeito de direito à educação como qualquer outra pessoa que esteja adequada no tempo padrão ou típico à sua idade escolar.

Conforme Santos (2004), é um desafio pautar o processo educativo pela compreensão e pelo respeito do diferente e da diversidade. Ter direito a ser igual quando a diferença nos inferioriza e o de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza. Ao pensar no desafio de construirmos princípios que regem a educação de adultos, há de buscar-se uma educação qualitativamente diferente, que tem como perspectiva uma sociedade tolerante e igualitária, que a reconhece ao longo da vida como direito inalienável de todos.

Torna-se adequado concordarmos com Hernández (1998) quando o autor afirma que é preciso

[...] construir uma nova relação educativa baseada na colaboração na sala de aula, na Escola e com a comunidade (...) a soltar a imaginação, a paixão e o risco por explorar novos caminhos que permitam que as escolas deixem de ser formadas por compartimentos fechados, faixas horárias fragmentadas, arquipélago de docentes e passe a converter-se em uma comunidade de aprendizagem, onde a paixão pelo conhecimento seja a divisa e a educação de melhores cidadãos o horizonte ao qual se dirigir. (HERNÁNDEZ, 1998, p. 13).

Neste sentido, compartilhar ciências, vivências e informações faz parte de um processo educativo mais eficiente, em virtude de que todas as pessoas têm como

oferecer sua parcela contributiva para melhorar a sociedade, tanto nos aspectos educacionais, quanto nos sociais, culturais, e econômicos.

Em suma, vale dizer que a Educação de Jovens e Adultos me proporcionou vivências e experiências incríveis e bastante enriquecedoras, uma vez que por meio dessa modalidade de ensino, eu pude descortinar a realidade a qual eu estou inserida, bem como ampliar de forma aguçada meus horizontes, e descobrir coisas que em momento precedente eram obscuras e sem significados.

Além disso, cabe referir que foi extasiante compartilhar histórias de vida completamente distintas, outras nem tão diferentes assim da minha e presenciar a perspicácia e astúcia de pela ânsia em aprender de pessoas distintas fisicamente, psicologicamente, socialmente, economicamente e claro, com faixa etárias diversas, variando entre os 18 até os 60 anos de idade, vivenciado e almejando os mesmos objetivos, com a mesma garra, que se configurou na retomada aos estudos. Isto é, no retorno ao sonho que em um determinado período da vida teve que ser deixado de lado, mas que nunca fora esquecido e que uma hora pôde ser vivido e, então realizado.

Deste modo, pode-se concluir que foi por meio do ingresso na EJA que tive, como muitos dos meus colegas, a oportunidade de trilhar outros e novos caminhos. Isso nos possibilitou relevantes mudanças, as quais foram capazes de transformar nossos destinos para sempre, tanto no que se refere a questões econômicas, como sociais e culturais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com este trabalho, foi possível estudar aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, as políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino, além de refletir acerca do trabalho realizado na prática.

A discussão realizada possibilita reafirmar que a EJA é uma educação necessária, sobretudo no atual contexto, marcado por exigências crescentes de escolarização. Educar jovens e adultos, portanto, é possibilitá-los a novas oportunidades, além de garantir um direito que por vários motivos em sua vida não tiveram acesso. Com a EJA, é possível “recuperar o tempo perdido”, uma vez que

viabiliza antes de mais nada, o processo de aprendizagem, desenvolvimento cognitivo, aquisição de cultura, elevação do nível do pensamento teórico, permitindo o ingresso das pessoas no mercado de trabalho, e permitindo a esses indivíduos cursar o nível superior.

Como escrevemos, a Educação de Jovens e Adultos se configura em uma política pública garantida pela Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado e direito de toda a população brasileira. Assim sendo, o artigo 6º indica a educação como um direito social, tal como saúde, trabalho, lazer, segurança.

Este trabalho foi baseado na minha vivência como discente da EJA, nas cidades de Jandaia do Sul e Maringá, no estado do Paraná. Escrever sobre essa modalidade de ensino é vivenciar todos os caminhos percorridos que, de certa forma, apesar das dificuldades encontradas, foram de grande importância na minha vida, pois consegui concluir o Ensino Fundamental e o Médio e, em seguida, ingressei em uma universidade pública (UEM).

Ao estudar na EJA, tive vivências enriquecedoras, uma vez que me deparei com inúmeras histórias de vida. A faixa etária dos alunos era muito variada, tendo alunos com 18 até os 60 anos de idade com os mesmos propósitos, ou seja, em busca de novos conhecimentos, com garra e vontade de vencer todos os obstáculos e a desigualdade da atual sociedade.

Assim sendo, as vivências apresentadas reafirmam a defesa por essa modalidade de educação, dada sua possibilidade de transformar a vida das pessoas em diversos aspectos. Contudo, o estudo chama a atenção para o fato de que há muito que se melhorar em relação à educação no Brasil: devem ser implantadas políticas integradas para a EJA, os professores precisam ser qualificados e capacitados para exercer sua profissão, os alunos precisam valorizar a oportunidade de estudar e ampliar seus conhecimentos, a sociedade não pode (e não deve) discriminar os alunos da EJA e mostrar a importância da educação para aqueles que não tiveram oportunidade de se destacar aos estudos, incentivando-os a regressarem aos bancos escolares.

Enfim, tanto com base nos aspectos históricos da EJA, como no estudo realizado das políticas públicas implementadas e nas vivências relatadas, é possível perceber os problemas que envolvem a Educação de Jovens e Adultos Brasil. Os desafios servem para que ações sejam tomadas no sentido de erradicar de fato o

analfabetismo. Só assim exemplos de sucesso que envolvem ex- alunos da EJA, como o meu, poderão se multiplicar. Mais que um sonho, isso é um objetivo.

## REFERÊNCIA

ARELARO, L.R.G.; KRUPPA, S.M. Educação de jovens e adultos. In: OLIVEIRA, R.M.; ADRIÃO, T. (Org.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, p. 89-107, 2002.

ARROYO, M. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino e SOARES, Leôncio (Orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006, p.19-50.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Brasília: Inep, 2001.

CORREIA, J. L.; LARA, A. M. B. A política para a educação de jovens e adultos no Paraná no governo Lerner (1995-2002.). **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v.16, n.2, p. 447-472, set./dez. 2011 - ISSN 1981-9951.

COSTA, A. dos S. M. **Teoria e prática**: a ação pedagógica no processo do ensino/aprendizagem e sua perspectiva e desafios. Anais Vol. 8 (2013): Seminário de Educação do Vale do Arinos, Cáceres/MT, Brasil, 25-29 novembro 2013, Campus Universitário de Juara, Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

CHILANTE, E. F. N.; NOMA, A. K. A política de educação de jovens e adultos no Brasil: desarmando a armadilha neoliberal. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16., 2007, Campinas, **Anais...** Campinas, ABL; Unicamp, 2007. p. 1-10. Disponível em: <[http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais16/sem01pdf/sm01ss01\\_05.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem01pdf/sm01ss01_05.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Educação para todos**: o compromisso de Dakar.2ª Ed. Brasília: Ação Educativa, 2001.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos**. Hamburgo: V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos- (V CONFINTEA), 1997. Disponível em: <<http://www.cidadedoconhecimento.org.br>> Acesso em: 24 jul. 2014.

HADDAD, S; PIERRO, M. C. D. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, mai/jun 2000.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do Currículo por Projetos de Trabalho**. 5ª Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

JANUZZI, G. M. **Confronto pedagógico**: Paulo Freire e Mobral. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1987.

MACIEL, M. D. F. A leitura na educação de jovens e adultos. In: LEINEKER, M. D. S. L. **EJA: diversidade e contexto histórico**. Guarapuava: Premier/Unicentro, 2009.

MARCÍLIO, M. L. **O atraso histórico na Educação**. In: Braudel Papers. Edição nº 30. São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado, 2002.

\_\_\_\_\_. **Diário oficial da União**. Brasil. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

MOLL, J. **Educação de Jovens e Adultos** / Jaqueline Moll, (org.) Sita Maria Lopes Sant'Anna... [et. al.]- Porto Alegre: mediação, 2004. 144 p. – (Série Projetos e Práticas Pedagógicas).

OLIVEIRA. L. B. DE. **Formação de docentes para o ensino religioso**: perspectivas e impulsos a partir da ética social de Martinho Lutero. Tese (Doutorado em Teologia). Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2003.

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **História de Portugal**. 2012. Disponível em <<http://www.botschaftportugal.de/pt/m-sobre-portugal/m-historia.html>>. Acesso em: 30 de jul. 2014.

ROCCO, G. M. J. D. **Educação de Adultos**: Uma Contribuição para seu Estudo no Brasil. São Paulo, Loyola, 1979.

SANTOS. Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **Conhecimento prudente**

**para uma vida decente:** “Um discurso sobre as Ciências” Revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SECO, A. P.; ANANIAS M; FONSECA S. M. Antecedentes da administração escolar até a república (...1930). **Revista HISTEDBR**. On-line, Campinas, n. especial, p.54–101, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584.

SHIGUNOV Neto, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**. Educ. rev., 2008, no.31, p.169-189. ISSN 0104-4060.

SOARES, L. J. G. **O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir**. In: RAAAB, alfabetização e Cidadania – políticas Públicas e EHA. Revista de EJA, n. 17, maio de 2004.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR**. On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun. 2010 – ISSN: 1676-2584.

XAVIER, M. E.; RIBEIRO, M. L.; NORONHA, O. M. História da educação: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.